



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro  
Diretoria Jurídica

## CONTRATO Nº 013/2022 (DPR)

**CONTRATO CEDAE Nº  
013/2022 (DPR)** que entre si  
celebram a **COMPANHIA  
ESTADUAL DE ÁGUAS E  
ESGOTOS (CEDAE)** e a  
**JOHN RICHARD  
LOCAÇÃO DE MÓVEIS  
LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Presidente, Sr. LEONARDO ELIA SOARES, e por meio do Assessor Jurídico da Presidência, Sr. PEDRO HENRIQUE ALVES PEREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **JOHN RICHARD LOCAÇÃO DE MÓVEIS LTDA.**, sediada na Rua Sion, 66, Bairro Socorro, São Paulo, CEP n. 04774-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.964.380/0001-00, neste ato por meio de sua administradora, Sra. PAMELA PAZ, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo SEI-150001/003151/2022** mediante **Dispensa de Licitação n. 001/2022 (DPR)**, com fundamento no **art. 29, inciso II da Lei 13.303/2016**, pela qual se regerá, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), bem como pelos preceitos de direito privado e pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a “**LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO DE INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL – MANANCIAL**”, conforme ato de aprovação inserido às fls. 28773521 do processo administrativo de referência.

**Parágrafo Único**- Inserem-se no escopo desta contratação o **Termo de Referência** e a **Proposta** da **CONTRATADA**, documentos autuados, respectivamente, às fls. 28763535 e 28763757 do Processo Administrativo **SEI-150001/003151/2022**, cujos conteúdos obrigam a **CONTRATADA** e passam a compor o presente instrumento, embora não transcritos.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

**a)** realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

**b)** fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;

**c)** exercer a fiscalização do contrato;

**d)** aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas;e

**e)** Conservar os bens locados na forma como os recebeu, ressalvado apenas o desgaste natural decorrente de uso regular, sendo expressamente vedado à CEDAE realizar qualquer modificação ou adaptação no mobiliário.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas Termo de Referência:

**a)** conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor;

**b)** abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;

**c)** providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato, quando for o caso;

**d)** manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;

e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução dos serviços, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes;

f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;

g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;

i) cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços; e

j) Demonstrar, apenas se possuir empregados alocados a este contrato e em quantidade superior a 100 (cem), o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA entregará os bens locados em perfeitas condições de uso, o que será atestado pela CEDAE através da assinatura do "Termo de Vistoria e Recebimento". Esse termo será firmado obrigatoriamente por pessoa designada pela CEDAE presente ao local para recebimento, cuja assinatura a CEDAE reconhece desde já como suficiente para sua representação no ato.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência será de **06 (seis) meses** contados da entrega do mobiliário na CEDAE, o que só poderá ocorrer após a assinatura deste contrato.

**Parágrafo Único**– Visando atender ao limite estabelecido no item 1.2.4 da Ordem de Serviço 16.005-00 de 2019, esta contratação não poderá ser prorrogada.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2022, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110312

Programa de Trabalho: 2200022016

Código Orçamentário: 33903915

Fonte de Recursos: DP00000000

Reserva Orçamentária: 2022000245

## CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será realizada sob o regime de execução por preço unitário, sendo o seu valor total de **R\$ 46.613,34 (quarenta e seis mil, seiscientos e treze reais e trinta e quatro centavos)**, conforme proposta de preços resumida abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (6 MESES)
locação	R\$ 7.658,89	R\$ 45.953,34
outras despesas (entrega, montagem, desmontagem e retirada)		R\$ 660,00 (*)
<b>Total (locação + despesas)</b>		<b>R\$ 46.613,34</b>

**(\*) Este valor será cobrado uma única vez, juntamente com o primeiro pagamento.**

**Parágrafo Primeiro** – O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos, tais como de entrega, montagem, desmontagem e retirada dos bens, assim como todos os tributos incidentes sobre os serviços, sejam estes diretos ou indiretos; responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

**Parágrafo Segundo** - A contratada não estabelecida no Estado do Rio de Janeiro ficará responsável pelo recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS que vier a incidir sobre as operações interestaduais, conforme Artigo 155, Parágrafo 2º, inciso VIII, alínea "b" da CF 1998.

## CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

**Parágrafo Primeiro** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

**Parágrafo Segundo** – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

**Parágrafo Terceiro** - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

**Parágrafo Quarto** – O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**Parágrafo Quinto** – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários.

**Parágrafo Sexto** – A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

**Parágrafo Sétimo**– Quando existirem empregados alocados à contratação, os mesmos deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao tipo do serviço que será desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

**Parágrafo Oitavo** – Quando aplicável, proceder-se-á à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea “j” da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

**Parágrafo Primeiro** – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas (inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas), previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**Parágrafo Segundo** – Quando houver mão de obra alocada a esta contratação, a **CONTRATADA** se obrigará a cumprir as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214, de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

**Parágrafo Terceiro** - Mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a. medição/detalhamento do serviço prestado;
- b. declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra “j”, deste instrumento; e
- c. declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS, exigível apenas quando houver previsão de pessoal destacado à execução do serviço, mesmo que em caráter eventual, nas dependências da CEDAE.

**Parágrafo Quarto** - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior **impedirá a obtenção do recibo de adimplemento**, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

**Parágrafo Quinto** - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o

contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item “iii” do parágrafo quinto da cláusula décima terceira.

**Parágrafo Sexto** – Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS “E” nº 14.695/2017.

## **CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CEDAE** pagará mensalmente à **CONTRATADA** o valor da locação, observando, como limite os valores reservados para esta contratação.

**Parágrafo Primeiro** - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

**Parágrafo Segundo** – A **CONTRATADA** emitirá mensalmente as faturas/notas fiscais de seus serviços, cujos valores se limitarão aos reservados para esta contratação.

**Parágrafo Terceiro** – Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de **até 30 (trinta)** dias contados de cada período de **adimplemento**, assim considerado cada período de locação acompanhado de sua nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

**Parágrafo Quarto** - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, **atestará mensalmente** (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

**Parágrafo Quinto** - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada (ver cláusula oitava) **impedirá a concessão do atesto**, ficando conseqüentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

**Parágrafo Sexto** – A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

**Parágrafo Sétimo** – Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

**Parágrafo Oitavo**- A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

**Parágrafo Nono**– Quando a contratação envolver alocação de mão de obra, a **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de provisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela CEDAE.

**Parágrafo Décimo** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata die”; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados “pro rata die. **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE**

A **CONTRATADA** declara-se ciente e de acordo com o fato de que os preços previstos nesta contratação serão **fixos e irrevogáveis** durante todo o contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA**

A garantia contratual foi dispensada em razão do baixo valor da contratação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

a) advertência;

b) multa administrativa; e

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**Parágrafo Primeiro** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**Parágrafo Segundo** - A advertência e a multa, previstas nas alíneas “a” e “b” do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

**Parágrafo Terceiro** - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea “c” do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

**Parágrafo Quarto** - A **multa administrativa**, prevista na alínea “b” do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;

ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

**iv)** poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

**v)** não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima segunda, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

**Parágrafo Quinto** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea “c”, do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

i. não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

ii. sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de não apresentação da documentação prevista na cláusula oitava.

**Parágrafo Sexto** - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

**Parágrafo Sétimo** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

**Parágrafo Oitavo** - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

**Parágrafo Nono** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**Parágrafo Décimo** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima segunda, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

**Parágrafo Primeiro** - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III – decisão judicial ou arbitral.

**Parágrafo Segundo** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo Terceiro** - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

**Parágrafo Quarto** - A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação

de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

**Parágrafo Quinto** - A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

**Parágrafo Sexto** - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

**Parágrafo Sétimo** - A **CONTRATADA** manifesta previamente que, na hipótese de a CEDAE reduzir suas operações em face do Projeto de Universalização e Desestatização do Saneamento Básico no Estado do Rio de Janeiro, aceitará a redução qualitativa ou quantitativa proposta pela CEDAE ou ainda a rescisão unilateral, desde que mediante comunicação por escrito e com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, renunciando a Contratada antecipadamente a qualquer direito, nessas situações, à indenização ou compensação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR**

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

**Parágrafo Único** – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

**Parágrafo Primeiro** – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

**Parágrafo Segundo** – Quando a contratação trazer previsão de matriz de risco haverá

impedimento para a celebração de aditivo decorrente dos eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSIO**

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**Parágrafo Único** – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA**

O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:

**Parágrafo Primeiro** - Será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse

transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

**Parágrafo Terceiro** - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

**Parágrafo Quarto** - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

**Parágrafo Quinto** - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

**Parágrafo Sexto** - A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados na cláusula oitava.

**Parágrafo Sétimo** - O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

**Parágrafo Oitavo** - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

**Parágrafo Nono** - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

**Parágrafo Décimo** - Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao

menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples “recibo”, conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC

**Parágrafo Décimo Segundo** - A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS**

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

**Parágrafo Primeiro** – A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

**Parágrafo Segundo** – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

**Parágrafo Terceiro** – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

**Parágrafo Quarto**– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

**Parágrafo Quinto**– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

**Parágrafo Sexto-** Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

**Parágrafo Sétimo-** A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017**

**Parágrafo Primeiro** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa)**.

**Parágrafo Terceiro** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**Parágrafo Quarto** - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.



**Parágrafo Quinto** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no “conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública”.

**Parágrafo Sexto** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**Parágrafo Sétimo** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**Parágrafo Oitavo** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**Parágrafo Nono** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**Parágrafo Décimo** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**Parágrafo Décimo-Primeiro** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**Parágrafo Décimo-Segundo** - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

**Parágrafo Décimo-Terceiro** - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

**Parágrafo Décimo-Quarto** - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual

sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO**

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

**Parágrafo Único** - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 312/2020 para o envio das informações nos casos exigidos.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CONFIDENCIALIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

A CEDAE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) o tratamento de dados pessoais, se houver, dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para a estrita execução do Contrato ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- c) Caso a coleta de dados pessoais dos usuários se faça indispensável ao cumprimento do próprio contrato, o seu acesso será solicitado diretamente pela CONTRATADA aos titulares, após prévia aprovação da CEDAE; responsabilizando-se a CONTRATADA pela sua gestão. Os dados coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades;
- d) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CEDAE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CEDAE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

**Parágrafo Segundo** - O Encarregado pelo tratamento de dados pessoais da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado da CEDAE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**Parágrafo Terceiro** - A critério do Encarregado pelo tratamento de dados da CEDAE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**Parágrafo Quarto** - A CONTRATADA e seus empregados se obrigam a manter, mesmo após o término da vigência contratual, a mais absoluta confidencialidade sobre dados e informações disponibilizados ou conhecidos em decorrência deste contrato.

**Parágrafo Quinto** - A CONTRATADA e seus empregados ficarão terminantemente proibidos de fazer uso ou revelação, sob nenhuma justificativa, a respeito de qualquer informação, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou elementos de propriedade da CEDAE, ou de seus Clientes, aos quais tiver acesso em decorrência do objeto desta contratação.

**Parágrafo Sexto** - A CONTRATADA e seus empregados deverão obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança adotadas pela CEDAE, além das cláusulas específicas constantes neste instrumento contratual.

**Parágrafo Sétimo** - A CONTRATADA responderá pelo descumprimento das obrigações relacionadas com a confidencialidade das informações, ocorridas durante ou após a vigência contratual, mediante ações ou omissões intencionais ou acidentais de seus empregados e dirigentes.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA: DISPOSIÇÕES FINAIS

**Parágrafo Primeiro** - Findo o prazo de vigência do contrato, a CEDAE disponibilizará os bens para que sejam retirados pela CONTRATADA.

- I. Caso a CEDAE possua obrigação fiscal, será de sua responsabilidade a emissão do documento correspondente à operação de saída, que deverá ser emitido em arquivo XML, juntamente com o DANFE, e enviado ao endereço eletrônico nfe@johnrichard.com.br.

**Parágrafo Segundo** – A retirada do mobiliário será precedida da lavratura de "Termo de Vistoria e Devolução", firmado obrigatoriamente por pessoa designada pela CEDAE presente ao local para efetuar a entrega, cuja assinatura esta última reconhece, desde já, como suficiente para sua representação no ato.

**Parágrafo Terceiro** - É expressamente vedado a CEDAE sublocar ou ceder os bens alugados a terceiros, seja a título gratuito ou oneroso, bem como transferi-los para local diverso do qual foram entregues.

**Parágrafo Quarto** – A substituição dos bens defeituosos ou deteriorados pelo desgaste natural do uso será realizada sem qualquer custo para CEDAE.

**Parágrafo Quinto** – Os bens que se tornarem inservíveis também serão recolhidos e substituídos pela CONTRATADA, cabendo-lhe o direito de ser indenizada pelo preço unitário previsto em sua proposta somente quando vier a ser confirmada a existência de culpa da CEDAE, excluindo-se, portanto, a responsabilidade desta pelos prejuízos advindos de caso fortuito ou força maior. Fica previamente afastada a possibilidade de emissão de qualquer cobrança sem autorização da CEDAE.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Pela **CEDAE**:

LEONARDO ELIA SOARES

Diretor Presidente

PEDRO HENRIQUE ALVES PEREIRA

Assessor Jurídico da Presidência

Pela **CONTRATADA**:

PAMELA PAZ

Administradora

Rio de Janeiro, 16 fevereiro de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Alves Pereira, Assessor**, em 16/02/2022, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Elia Soares, Presidente**, em 16/02/2022, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pamela Paz, Usuário Externo**, em 16/02/2022, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **28785156** e o código CRC **E5004774**.

Referência: Processo nº SEI-150001/003151/2022

SEI nº 28785156

Avenida Presidente Vargas,, 2655 - Bairro Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20210-030  
Telefone:



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro  
Diretoria da Presidência

## DESPACHO DE RETIFICAÇÃO

Considerando o Despacho apresentado pelo Departamento de Contratos - DJU-8.2 (28765421);

Considerando o que determina o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE – RILC em seu Artigo 24, Inciso II, referente à definição das Autoridades Administrativas Competentes para as aprovações e autorizações, decorrente da Lei Federal n.º 13.303/2016;

**RETIFICO A APROVAÇÃO** da Dispensa de Licitação, **DL n.º 01/2022 (DPR)** (28763877), no que se refere ao amparo jurídico, cujo o correto é o Art. 29, II da Lei 13.303 e Art. 155 do RILC. e ao favorecido JONH RICHARD LOCAÇÃO DE MÓVEIS LTDA.

Ressalto que os demais itens permanecem inalterados.

**Pedro Henrique Alves Pererira**  
Assessor Jurídico da Presidência  
Reg.: 8-00941-8 / DPR-29

Rio de Janeiro, 15 fevereiro de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Alves Pereira, Assessor**, em 16/02/2022, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **28773521** e o código CRC **A05C36F6**.

Referência: Processo nº SEI-150001/003151/2022

SEI nº 28773521

Avenida Presidente Vargas, 2655, - Bairro Cidade nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20210-030  
Telefone: 21-2332-3640



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro  
Diretor Presidente

## TERMO DE REFERÊNCIA

### LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO DE INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL – MANANCIAL

#### 1. OBJETO

1.1 – Este Termo de Referência define as condições para “**LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO DE INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL – MANANCIAL**”, de acordo com o art. 29 inciso II da Lei 13.303/2016.

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1 – A presente solicitação visa à locação de mobiliário para implantação do Centro de Inovação Socioambiental – Manancial, conforme projetado no Anexo I (28607869).

#### 3. ESPECIFICAÇÕES DO MATERIAL

##### LOTE I

ITEM	CÓDIGO IFS	NOMENCLATURA	UM	QUANTIDADE
I	2111060017	LOCAÇÃO DE MÓVEIS	um	1

Os materiais a serem locados pela CEDAE estão descritos abaixo:

ITEM	NOMENCLATURA	UM	QUANTIDADE
1	Mesa de reunião plataforma modular Com eletrocalha – 2000x750x900mm	um	2
2	Banco Nick Amarelo Produto em Polipropileno (PP) – COR AMARELO	un	16
3	Mesa Pranchão 1520x750x600mm	un	1
4	Cadeira Uni Me All Cadeira estofada com revestimento em tecido crepe (algodão e poliéster), com encosto de tela. – 630x990x460mm	un	16

5	Banqueta Bertoia	un	8
Estrutura em aço; Assento com almofada. 530x1020x570mm			
6	Mesa Hexa	un	16
Orifício para passagem de cabos da parte superior para a parte inferior do tampo; Pés com rodízios e travas. 1600x750mm			
7	Cadeira Lírio Branca	un	15
Assento em polipropileno na cor branca. Estrutura em aço pintado. Pés em madeira.			
8	Cadeira Lírio Preto	un	16
Assento em polipropileno na cor branca. Estrutura em aço pintado. Pés em madeira.			
9	Mesa de Reunião Modular Executiva	un	1
Mesa inicial de 240 cm x 120 cm, pode ser estendida com módulos de 120 cm x 120 cm			
10	Sofá Trianon 2 Lugares Preto	un	1
Assento e encosto fixos em fibra siliconada revestidos com tecido. Pés fixos em madeira. Estrutura interna em madeira de reflorestamento imunizada e com umidade controlada - COR PRETO – 1700x900x800mm			
11	Escrivaninha Pinhee	un	1
Tampo Carvalho Avelã (tom amadeirado), pés em preto fosco. Eletrocalha e passa fio para organização de cabos - 800x740x600 mm			
12	Mesa de Centro Lótus Baixa	un	1
Estrutura de ferro. Tampo em MDP. 660 x 660 x 230mm			

#### 4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

4.1 – Conforme previsto no art. 54 da Lei nº 13.303/2016, o critério de julgamento das propostas mais adequado para a contratação pretendida neste Termo de Referência é o de **Menor Preço**.

#### 5. TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME/FORMA DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO

5.1. (X) SERVIÇO:

5.1.2. (X) de natureza contínua ou (\_\_\_) de escopo;

5.1.3. (\_\_\_) com mão de obra alocada ou (\_X\_) sem mão de obra alocada;

5.1.4. (\_X\_) regime de execução por preço unitário; (\_\_\_) Regime de execução por preço global; ou (\_\_\_) Regime de execução por tarefa.

5.2. (Não aplicável) AQUISIÇÃO:

5.2.1. (\_\_\_) forma de fornecimento integral; (\_\_\_) forma de fornecimento parcelada; ou ( ) forma de fornecimento contínua.

#### 6. PRAZO DE ENTREGA DO BEM E PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 – Os materiais locados pela CEDAE deverão ser entregues com agendamento prévio de **24 horas**, por meio do telefone **(21) 2332-23942** ou **(21) 2332-5787**, de segunda à sexta-feira, das



09h00min às 18h00min.;

6.2 - O fornecimento será efetuado com prazo de entrega não superior a **10 (dez) dias** corridos a partir da entrega do material.

6.3 – O prazo deste contrato é de 06 (seis) meses contados a partir da entrega do material na CEDAE.

## 7. LOCAL DE ENTREGA:

7.1 - O material deverá ser entregue no quarto andar da sede da CEDAE situada na Avenida Presidente Vargas 2655 – Cidade Nova – Rio de Janeiro – RJ.

## 8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1 – A CEDAE recusará o material que esteja fora das especificações. Em caso de recusa do material, o fornecedor será notificado e deverá promover a retirada e substituição dos mesmos no prazo máximo de **2 (dois) dias corridos**, que será concedido pela Comissão de Fiscalização, a expensas do fornecedor, não cabendo quaisquer ônus para a CONTRATANTE, estando a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas em lei;

8.2 – Em caso de reincidência de recusa, será caracterizado como descumprimento das obrigações estando à empresa CONTRATADA sujeita as penalidades conforme previsto no artigo 83º da Lei Federal nº 13.303/16.

8.3 – Caso a retirada do material não seja efetuada no prazo estabelecido no item 8.1 a CONTRATANTE se reserva o direito de utilizar o material da forma que melhor lhe couber.

## 9. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PRODUTO

9.1 – Não se aplica.

## 10. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 – A Nota fiscal fatura deverá ser emitida e entregue até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês da prestação do serviço com a devida documentação.

10.2 – O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 – A CONTRATADA se responsabilizará pelo armazenamento e transporte até a entrega na CEDAE e deverá ser conduzi-los dentro das melhores práticas e técnicas, visando o atendimento às normas e legislações vigentes de armazenamento, transporte e inclusive empilhamento, quando houver, garantindo a integridade dos materiais, das vias de uso comum e pessoas envolvidas.

11.2 – A CONTRATADA é responsável por danos decorrentes do transporte, descarga e empilhamento inadequado, bem como danos causados ao meio ambiente, quando houver.

11.3 - Os funcionários da CONTRATADA/TRANSPORTADORA, quando estiverem no interior das instalações da CEDAE, deverão se submeter às normas internas da Companhia.

11.4 - Os preços propostos deverão corresponder aos praticados pela empresa à data de realização da Compra Direta, englobando todas as despesas relativas à locação, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, transportes, cargas, descargas, tributos, remunerações,

despesas fiscais e financeiras, e quaisquer despesas extras e necessárias, não especificadas neste termo de referência, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerado.

11.5 – A CONTRATADA deverá substituir item defeituoso em até 2 (dois) dias corridos, a partir da comunicação da fiscalização.

11.6 – O Contratado deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no contrato celebrado e no edital da licitação, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

I – Manter os requisitos e condições de habilitação fixados no processo de licitação ou contratação direta;

II – Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CEDAE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação;

III – Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas;

IV – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;

V – Responder pela correção e qualidade dos serviços/bens nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;

VI – Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à CEDAE ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal do contrato;

VII – Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente;

VIII – Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a CEDAE, a qualquer momento, exigir do Contratado a comprovação de sua regularidade;

IX – Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gerente e/ou Fiscal do contrato;

X – Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela CEDAE para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória;

XI – Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, know-how ou trade-secrets, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da CEDAE, por acusação da espécie;

XII – Designar 1 (um) preposto como responsável pelo contrato firmado com a CEDAE, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do Contratado, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas no Instrumento.

XIII – Tomar conhecimento e seguir os dispositivos constantes do Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa);

XIV – Cumprir as normas previstas na Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013, a “Lei Anticorrupção”, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a Administração Pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento;

XV – Possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; e recomendado nos demais casos; e

XVI – Cumprir com o regime de cotas para pessoas portadoras de deficiência ou necessidades especiais, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 7.258/2016.

§1º A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CEDAE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

§2º No âmbito dos deveres de conduta decorrentes do princípio da boa-fé objetiva, o Contratado deverá colaborar com a CEDAE no âmbito do processo de demonstração da vantajosidade da contratação, mediante a cobrança de valores razoáveis e condizentes com os praticados no mercado e apresentação de informações detalhadas sobre seus custos unitários e sobre os preços cobrados perante outros clientes.

## **12. AMOSTRA**

Não se aplica.

## **13. VISITA TÉCNICA**

13.1 – Não se aplica a realização de visita técnica.

## **14. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

14.1 – Não se aplica.

## **15. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

15.1 – A contratação deverá ser formalizada por instrumento de contrato elaborado conforme a minuta-padrão da Companhia.

## **16. CONDIÇÕES GERAIS**

16.1 – A CONTRATADA deverá se reportar à Comissão de Fiscalização para elucidação sobre quaisquer dúvidas a respeito dos tópicos acima;

16.2- A empresa CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com art. 27 § 2º da Lei Federal 13.303 de 30 de junho de 2016 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLT/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

16.3 - Utilização de materiais que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; 4.2 – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

16.4 - Acondicionamentos dos produtos, preferencialmente em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, bem como o menor volume possível;

16.5 - Uso de materiais que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

16.6 - Aplicação de materiais que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, de conformidade com o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 da Presidência da República, dando preferência para aqueles fabricados com materiais recicláveis;

16.7 - Disseminar entre os seus funcionários a necessidade da economia de consumo de energia elétrica, de água, de papel para impressão, de papel toalha, papel higiênico e sabão líquido nos banheiros, de copos descartáveis, etc., com fulcro na sustentabilidade.

**Pedro Henrique Alves Pereira**

Assessor Jurídico da Presidência - DPR-29

Reg.: 8-000941-8 / CEDAE

Rio de Janeiro, 11 fevereiro de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Alves Pereira, Assessor**, em 15/02/2022, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **28763535** e o código CRC **2ACB4A35**.

Referência: Processo nº SEI-150001/003151/2022

SEI nº 28763535

Avenida Presidente Vargas, 2655, - Bairro Cidade nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20210-030  
Telefone: 21-2332-3640

**Orçamento 6.906**

10/02/2022

Cotação - Escritório CEDAE

Toll Free 0800 771 5352 Telefone 11 5698-5300

**Atendente:** Grazielle Prado

# C000000000108

**Cedae Companhia Estadual De Aguas E Esgotos**

Avenida Presidente Vargas, 2.655 Cidade Nova

20210-031 Rio de Janeiro/RJ

33.352.394/0001-04

**22 - Michael Luziano**

michaeldouglas.ciee@cedae.com.br

(21) 97216-1708

**Local de Entrega**

Avenida Presidente Vargas, 2.655 Cidade Nova




20210-031 Rio de Janeiro/RJ

**Local de Cobrança**

Avenida Presidente Vargas, 2.655 Cidade Nova

20210-031 Rio de Janeiro/RJ

**Data Prev.Entrega** 15/02/2022**Período de Locação** 6 Meses**Condição de Pagamento** 30 dias após a data de entrega**Validade do orçamento:** 10/03/2022**\* OS VALORES ABAIXO SÃO REFERENTES A PAGAMENTOS MENSAIS**

		<b>Qtde</b>	<b>Vlr.Unit.Mensal</b>	<b>Vlr.Total/Mensal</b>
	Cadeira Uni Me All Giratoria c/ Braco - Preta	16,00	65,80	1.052,80
	Sofa Trianon 2 lugares - Preto	1,00	302,92	302,92
	Mesa Reuniao Modular L2400 x P1200 x A750 Top - Wengue Preto	1,00	322,70	322,70
	Banqueta Nick L300 x P300 x A440 - Amarelo	16,00	31,54	504,64

Cotação - Escritório CEDAE

Toll Free 0800 771 5352 Telefone 11 5698-5300

**Atendente:** Grazielle Prado



Mesa Pranchao L1520 x P600 x A750 - Bege

1,00

110,71

110,71



Mesa Hexagonal com Rodizio 1600 - Branco

16,00

224,10

3.585,60



Banqueta Bertoia c/ Assento - Preto

8,00

73,97

591,76

Cadeira Jantar Lirio Branca

15,00

24,14

362,10

Cadeira Jantar Lirio - Preta

16,00

24,14

386,24



Mesa Reuniao Modular L2000 x P900 x A750 - Platina

2,00

197,21

394,42

Mesa Central Lotus Baixa

1,00

45,00

45,00

**Total da Área**

**7.658,89**



**Orçamento 6.906**

10/02/2022

Cotação - Escritório CEDAE

Toll Free 0800 771 5352 Telefone 11 5698-5300

**Atendente:** Grazielle Prado

\* Total Mensal da Locação dos Móveis 7.658,89

Outras Despesas 660,00

\* Total do 01º Mês de Locação + Outras Despesas 8.318,89

Valor total da locação (06 meses + Outras despesas): R\$ 46.613,34

**Observações**

- \* Será cobrado no primeiro mês de locação uma taxa adicional (outras despesas) de acordo com a data e horário determinada da entrega. Este valor refere-se a entrega montagem e posteriormente desmontagem e retirada dos móveis.
- \* Para o retorno de locação, as empresas que possuem obrigatoriedade fiscal, deverão enviar o arquivo XML juntamente com o DANFE para o endereço eletrônico nfe@johnrichard.com.br Ajuste SINIEF 07/05, Cláusula 7ª Parágrafo 7º.
- \* A locação dos bens acima descrito obedecem aos termos do contrato padrão registrado sob nº 793973 no 9º Cartório de Registros de Títulos e Documentos de São Paulo, também acessível em nosso site
- \* As imagens são ilustrativas, podendo ocorrer variações de cor e modelo no momento da entrega.
- \* Este orçamento pode ser aceito em partes ou em sua totalidade.
- \* Crédito Sujeito à análise e aprovação.

RJ - JOHN RICHARD LOCACAO DE MOVEIS LTDA.  
Rua Rolândia,205 21061-065 Rio de Janeiros/RJ  
02.964.380/0003-71



## AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

### Secretaria de Estado da Casa Civil

#### SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

##### AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL torna público que fará realizar a seguinte licitação:

**LICITAÇÃO:** PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2022.

**OBJETO:** Aquisição de água mineral sem gás, em temperatura ambiente, acondicionada em garrafa pet de 500ML, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I, para atender demanda da Secretaria de Estado de Governo.

**TIPO:** Menor preço unitário do item único.

**DATA DE REALIZAÇÃO:** 10/03/2022 às 11:00h.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.compras.rj.gov.br>

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº SEI-420001/000797/2021.**

O edital e seus anexos se encontram disponíveis no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) podendo, alternativamente, ser adquirido uma via impressa, mediante a permuta de 01 (uma) resma de papel A4 a ser entregue na Superintendência de Contratos e Compras, sito a Rua Pinheiro Machado, s/nº, Palácio Guanabara, Prédio Anexo - 4º andar - Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 22.231-090.

Outras informações sobre a presente licitação através do telefone 2334.3341 ou pelo e-mail [licitacao@casacivil.rj.gov.br](mailto:licitacao@casacivil.rj.gov.br).

Id: 2375141

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

#### SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

##### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato CEDAE nº 013/2022 (DPR).

**PARTES:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a JOHN RICHARD LOCAÇÃO DE MÓVEIS LTDA.

**OBJETO:** "LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO DE INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL - MANANCIAL".

**PRAZO:** 06 (seis) meses.

**VALOR TOTAL:** R\$ 46.613,34 (quarenta e seis mil seiscentos e treze reais e trinta e quatro centavos).

**DATA DE ASSINATURA:** 16/02/2022.

**FUNDAMENTO:** Processo nº SEI-150001/003151/2022 (Dispensa de Licitação - DL nº 001/2022 - DPR).

Id: 2374937

#### FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

##### EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** Contrato Nº 05/2022.

**PARTES:** Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ, inscrita no CNPJ sob o nº 29.470.333/0001-66 e o SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO, inscrito no CNPJ sob o nº 33.683.111/0001-07.

**OBJETO:** O presente contrato tem por objeto o provimento dos serviços detalhados no Anexo 1 - Descrição dos Serviços deste contrato.

**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.

**VALOR:** R\$ 3.250,00 (três mil e duzentos e cinquenta reais).

**FUNDAMENTO DO ATO:** Este Contrato é celebrado por inexigibilidade, com fulcro no artigo 25, inciso II da Lei 8.666 de 1993 combinado com o art. 13, inciso VI da mesma lei.

**DATA DA ASSINATURA:** 16 de fevereiro de 2022.

**PROCESSO Nº SEI-150161/002749/2021.**

Id: 2374998

### Secretaria de Estado de Fazenda

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECAÇÃO

##### EDITAL

**OS CONTRIBUINTES** abaixo **FICAM CIENTIFICADOS** da lavratura dos autos de infração por infringência à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital, com redução do valor da multa de 50 % (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração. Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 30/2022, conforme processo SEI-040070/000239/2021.

##### REPARTIÇÃO FISCAL

00.01 - AFE 01 - Serv. Transportes Intermunicipais e Interestaduais  
Av. Presidente Vargas Nº 670, 7º Andar, Centro, CEP 20071001, Rio de Janeiro - RJ

BRUNO DA SILVA FREITAS

CNPJ 44.163.664/0001-47 - Processo nº SEI-040192/000298/2021

Auto de Infração nº 03.638214-1, de 28/11/2021

Valor reclamado: R\$ 5.401,95.

##### REPARTIÇÃO FISCAL

39.01 - AFR 39.01 - Serrana  
Rua Paulo Barbosa 110, 2º Andar, Centro, CEP 25620100, Petrópolis - RJ

JOSE ANTONIO DE SOUZA JUNIOR

CPF 141.588.657-19 - Processo nº SEI-040225/000487/2021

Auto de Infração nº 03.637600-2, de 28/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

##### REPARTIÇÃO FISCAL

99.12 - Posto de Controle Fiscal de Nhangapi  
Rodovia Presidente Dutra, Km 324, Nhangapi, CEP 27580000, Itaitia - RJ

A R J LOG TRANSPORTES EIRELI

CNPJ 29.313.465/0001-84 - Processo nº SEI-040224/001567/2021

Auto de Infração nº 03.637326-4, de 30/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

AJOFFEX TRANSPORTES LTDA

CNPJ 4.591.720/0001-20 - Processo nº SEI-040224/001650/2021

Auto de Infração nº 03.638404-8, de 02/12/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

ATMOSFERA COMERCIO DE DETERGENTES LTDA

CNPJ 43.472.208/0001-16 - Processo nº SEI-040224/001445/2021

Auto de Infração nº 03.637378-5, de 24/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

BRASIL CENTRO OESTE TRANSPORTES LTDA

CNPJ 27.830.152/0001-78 - Processo nº SEI-040224/001490/2021

Auto de Infração nº 03.638186-1, de 28/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

BRASIL MAXI LOGISTICA LTDA

CNPJ 59.530.832/0010-53 - Processo nº SEI-040224/001575/2021

Auto de Infração nº 03.637702-6, de 30/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

BRASKEM S.A

CNPJ 42.150.391/0025-48 - Processo nº SEI-040224/001552/2021

Auto de Infração nº 03.635113-8, de 29/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

C. F. DE OLIVEIRA TRANSPORTES

CNPJ 21.363.116/0001-65 - Processo nº SEI-040224/001505/2021

Auto de Infração nº 03.637572-3, de 28/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

CARDAN CV LTDA

CNPJ 43.860.474/0001-16 - Processo nº SEI-040224/001412/2021

Auto de Infração nº 03.637243-1, de 24/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

CCA EMBALAGENS E TAMBORES EIRELI

CNPJ 15.662.647/0001-56 - Processo nº SEI-040224/001481/2021

Auto de Infração nº 03.638115-0, de 27/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

DELTA CARGO EXPRESS EIRELI

CNPJ 33.219.755/0001-30 - Processo nº SEI-040224/001448/2021

Auto de Infração nº 03.636515-3, de 25/11/2021

Valor reclamado: R\$ 66.325,99.

DM FRUITS LTDA

CNPJ 24.662.020/0001-96 - Processo nº SEI-040224/001377/2021

Auto de Infração nº 03.637884-2, de 22/11/2021

Valor reclamado: R\$ 27.102,46.

E F SOLUÇÕES LTDA

CNPJ 11.688.366/0001-11 - Processo nº SEI-040224/001643/2021

Auto de Infração nº 03.636817-3, de 02/12/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

FRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FARINHA DE MANDIOCA LTDA

CNPJ 32.880.909/0001-78 - Processo nº SEI-040224/001545/2021

Auto de Infração nº 03.638286-9, de 29/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

FRIBURGO TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA

CNPJ 2.559.428/0001-02 - Processo nº SEI-040224/001507/2021

Auto de Infração nº 03.636375-2, de 28/11/2021

Valor reclamado: R\$ 2.803,50.

GABRIELA CRESSONI PESSA MASELLI

CNPJ 27.493.028/0001-64 - Processo nº SEI-040224/001526/2021

Auto de Infração nº 03.637197-8, de 29/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA

CNPJ 3.094.658/0008-74 - Processo nº SEI-040224/001444/2021

Auto de Infração nº 03.637376-9, de 24/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

IMG TRANSPORTES EIRELI

CNPJ 28.216.024/0001-00 - Processo nº SEI-040224/001468/2021

Auto de Infração nº 03.637423-9, de 25/11/2021

Valor reclamado: R\$ 2.941,97.

IRMAOS FRANCO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA

CNPJ 6.000.097/0001-19 - Processo nº SEI-040224/001427/2021

Auto de Infração nº 03.637976-6, de 24/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

IWT TRANSPORTES EIRELI

CNPJ 30.838.487/0001-47 - Processo nº SEI-040224/001528/2021

Auto de Infração nº 03.638122-6, de 29/11/2021

Valor reclamado: R\$ 3.203,91.

JAQUELINE SANTANA BARBOSA 31468589830

CNPJ 31.275.600/0001-96 - Processo nº SEI-040224/001458/2021

Auto de Infração nº 03.637420-5, de 25/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

LIDIMA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI

CNPJ 3.021.141/0001-89 - Processo nº SEI-040224/001585/2021

Auto de Infração nº 03.637716-6, de 30/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

LOGMAM TRANSPORTES LTDA

CNPJ 11.069.547/0003-21 - Processo nº SEI-040224/001649/2021

Auto de Infração nº 03.636823-1, de 02/12/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

LSL TRANSPORTES LTDA.

CNPJ 4.548.589/0028-38 - Processo nº SEI-040224/001494/2021

Auto de Infração nº 03.638190-3, de 28/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

MAGIP COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES

LTDA - EPP  
CNPJ 65.623.050/0001-70 - Processo nº SEI-040224/001564/2021

Auto de Infração nº 03.637324-9, de 30/11/2021

Valor reclamado: R\$ 5.301,76.

MI TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - ME

CNPJ 3.151.712/0001-08 - Processo nº SEI-040224/001582/2021

Auto de Infração nº 03.637714-1, de 30/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

MIOTTO ARRUDA GONCALVES TRANSPORTES LTDA

CNPJ 39.881.590/0001-44 - Processo nº SEI-040224/001462/2021

Auto de Infração nº 03.637380-1, de 25/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

MIX COMMODITIES LTDA

CNPJ 38.158.816/0001-10 - Processo nº SEI-040224/001500/2021

Auto de Infração nº 03.638196-0, de 28/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

OTÁVIO DA LUZ BORGES - EIRELI

CNPJ 31.790.516/0001-00 - Processo nº SEI-040224/001470/2021

Auto de Infração nº 03.636912-2, de 26/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

PLATLOG IMPORTACAO, LOGISTICA E DISTRIBUICAO LTDA

CNPJ 2.229.804/0005-16 - Processo nº SEI-040224/001431/2021

Auto de Infração nº 03.635610-3, de 24/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

PLUS PACHECO DE SOUZA COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

LTDA.  
CNPJ 43.329.016/0001-55 - Processo nº SEI-040224/001535/2021

Auto de Infração nº 03.635106-2, de 29/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

RDXISTO TRANSPORTES EIRELI

CNPJ 23.985.992/0001-59 - Processo nº SEI-040224/001581/2021

Auto de Infração nº 03.637333-0, de 30/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

RECUPERADORA DE VEICULOS ICONHA EIRELI

CNPJ 97.520.330/0001-40 - Processo nº SEI-040224/001568/2021

Auto de Infração nº 03.637327-2, de 30/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

ROLLPACK INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS E PAPEL

LTDA  
CNPJ 65.027.989/0001-72 - Processo nº E-04/211/013297/2021

Auto de Infração nº 03.633917-4, de 14/09/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.

TRANSDIVINO GUINDASTES E TRANSPORTES EIRELI

CNPJ 20.757.013/0001-17 - Processo nº SEI-040224/001580/2021

Auto de Infração nº 03.637332-2, de 30/11/2021

Valor reclamado: R\$ 1.667,39.